

**ATA DA 319ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPCP  
REALIZADA NOS DIAS 27 E 28 DE MARÇO DE 2006**

Aos vinte e sete e vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e seis, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária reuniram-se na sala de reuniões do edifício sede do Tribunal de Justiça, em Vitória/ES. Estiveram presentes o Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira e os seguintes Conselheiros: Carlos Lélío Lauria Ferreira, Carlos Martins Antico, Carlos Weis, Cassio Castellarin, César Oliveira de Barros Leal, Edison José Biondi, Eleonora de Souza Luna, Frederico Guilherme Guariglia, Geder Luiz Gomes Rocha, Laertes de Macedo Torrens, Luís Guilherme Martins Vieira, Maurício Kuehne e Mario Julio Pereira da Silva. Justificou a ausência, por motivos de força maior, os Conselheiros Ana Sofia Schmidt de Oliveira, Clayton Alfredo Nunes e Vetuval Martins Vasconcelos. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira compôs a mesa de abertura do I Encontro Nacional do Sistema Penitenciário do Estado do Espírito Santo, junto com o Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Jorge Góes Coutinho; Diretor do DEPEN, Dr. Mauricio Kuehne; Secretário do Estado de Justiça do Estado, Dr. Ângelo Roncalli Ramos Barros; Juiz da Vara de Execuções Criminais do Estado, Dr. Carlos Eduardo Ribeiro Lemos; Presidente da Seccional da OAB do Estado, Dr. Agessandro da Costa Pereira; Defensor Público Geral do Estado do Espírito Santo, Dr. Florivaldo Dutra Alves; Defensora Pública do Estado, Dr<sup>a</sup>. Dora Ribeiro Grijó; Deputada Federal Dr<sup>a</sup>. Iriny Lopes; Coordenador Geral de Reintegração Social do DEPEN/MJ, Dra Hebe Teixeira Romano Pereira da Silva. A palestra de abertura foi feita pelo Presidente do CNPCP, Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, que, após cumprimentar a todos da mesa e os presentes, agradeceu a recepção, bem como a oportunidade de realizar a reunião do Conselho no Estado. Iniciou sua apresentação falando da recuperação do homem preso e do sistema penitenciário como fator criminológico. E que não se pode abordar a questão penitenciária em nosso país sem fazer uma divagação a respeito da criminalidade. E que todas as abordagens a respeito da questão giram em torno exclusivamente do crime. Deixou claro que impera a noção de que a única resposta para o delito é a prisão. Com a prisão, o direito-dever do Estado de responder ao crime parece estar devidamente cumprido. A cultura reinante é a de que o dever exclusivo é o de castigar o criminoso e não o de evitar o crime. Essa idéia, amplamente divulgada pela imprensa e aceita por significativa parcela de juízes, promotores e delegados, é amplamente aceita pela sociedade. Esta aceita o que lhe é transmitido, especialmente se coincide com seus anseios de encontrar culpados para castigar. Na verdade, ela se transformou em campo fértil para a sanha acusatória. Campo fértil para que germine o escândalo, a condenação, a acusação leviana e a execração tão a gosto de uma imprensa menor. Disse, ainda, que ao clamar pelo encarceramento, a sociedade se esquece de que o homem preso voltará ao convívio social. E fez um desabafo, revelando sua preocupação relativamente ao grande número de presos, à construção de mais e mais penitenciárias e a criação de novos tipos penais. Assinalou que nada se faz antes de acontecer o crime e propôs que toda sociedade deva contribuir para ensejar apoio ao egresso. Disse, ainda, da importância da implementação dos Conselhos da Comunidade, um dos órgãos responsáveis pelo monitoramento da execução penal. Na seqüência, o Diretor do DEPEN, Dr. Mauricio Kuehne, que, após cumprimentar a todos, relembrou o brilhante trabalho iniciado pelo Juiz Alexandre Martins de Castro Filho, morto há três anos e que foi o instalador da Central de Penas e Medidas Alternativas do Estado do Espírito Santo. Lembrou que a lei de penas alternativas nasceu no Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e mencionou o trabalho desenvolvido no DEPEN, ressaltando que os recursos repassados aos Estados são de grande

importância para um trabalho conjunto. Por fim, agradeceu a acolhida do Presidente do Egrégio Tribunal e congratulou-se pela organização do evento. Na seqüência, o Dr. Ângelo Roncalli, Secretário de Justiça do Estado, representando no ato o Governador do Estado, justificou sua ausência. Consignou a importância de se valorizar os funcionários que cuidam dos presos e são os responsáveis por sua ressocialização. Deu ênfase à arquitetura prisional, acrescentando que, na condição de Diretor do DEPEN, fez um convênio com o Conselho de Engenharia para que os estudantes pudessem estudar os projetos prisionais. Disse que o Estado do Espírito Santo tem 14 unidades prisionais e 1 hospital de custódia. Falou da relevância da participação da sociedade e teceu loas ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária por preocupar-se com a implementação dos Conselhos da Comunidade. Referiu, igualmente, o Programa de Saúde no Sistema Penitenciário, que teve início em sua gestão, por força de Convênio do Ministério da Justiça com o Ministério da Saúde. Disse que é essencial um projeto de apoio ao egresso e, por fim, propôs fosse feita uma mudança na legislação relativa ao trabalho do preso. Dando continuidade, o Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Jorge Góes Coutinho, cumprimentou a todos e disse da honra de realizar este evento no Estado, com a presença de tão ilustres autoridades e parabenizou o Presidente do CNPCP por revelar um extraordinário zelo com o homem presidiário. Disse que abraçara a causa da instalação dos Conselhos da Comunidade em todo o estado e solicitou a participação da OAB, do Ministério Público e da Secretária de Justiça. Ressaltou a necessidade de unir esforços para resolver os problemas do sistema penitenciário e parabenizou o trabalho desenvolvido pelo Juiz da Vara de Execuções Penais, Carlos Eduardo Ribeiro Lemos, na Central de Penas Alternativas. Garantiu que iriam trabalhar lado a lado, unindo forças com o Ministério Público e com a sociedade civil, de modo a trabalhar em prol de uma melhoria dessa grave situação no sistema presidiário. "Essa luta não é de um só, mas de todos nós." Comentou que o Estado do Espírito Santo foi pioneiro no âmbito da Justiça Volante. E que também vai ser modelo em termos de Conselhos da Comunidade. Por fim, agradeceu a presença de todos. Com a palavra, o Dr. Carlos Eduardo Ribeiro Lemos, agradeceu o apoio recebido para desenvolver seu trabalho na Vara de Execuções Penais e no Tribunal de Justiça por sediar o Encontro. Falou do trabalho desenvolvido frente à Central de Penas e Medidas Alternativas e apresentou um vídeo sobre o crescimento da Central e prestou homenagens ao Juiz Alexandre Martins Castro e outras autoridades que, de alguma forma, colaboraram para o desenvolvimento dos trabalhos efetivados pela CEPAES. Dando seqüência, foram homenageados pela Vara de Execuções Penais e pela Central de Penas Alternativas: o Presidente do TJES, Desembargador Jorge Goes Coutinho; o Diretor do Departamento Penitenciário Nacional, Maurício Kuehne; o Sr. Pedro Dadalto, Diretor-Presidente da Fundação Educacional Dadalto; e o Juiz Alexandre Martins de Castro Filho, através de seu pai Alexandre Martins de Castro. O Presidente do Tribunal desejou sucesso ao evento. À tarde foi realizada uma audiência pública do Conselho Nacional da Política Criminal e Penitenciária, assim como reuniões da Comissão Nacional de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas e dos Presidentes dos Conselhos Penitenciários Estaduais e Conselhos das Comunidades. O Presidente, Dr. Antonio Cláudio Mariz de Oliveira, abriu a audiência pública compondo a mesa com as seguintes autoridades: Dr. Ângelo Roncalli Secretário de Justiça do Estado; Dr. Sócrates de Souza, Procurador do Ministério Público do Estado; os juízes Dr. Carlos Eduardo Ribeiro Lemos e Grécio Nogueira Gregio; a Dra. Dora Grijó, Defensora Pública; a Deputada Federal Iriny Lopes e o Vice Presidente do CNPCP, Dr. Mauricio Kuehne. Falou da Visita de Inspeção realizada pelos Conselheiros Edison José Biondi e Luis Guilherme Vieira em data anterior, no sistema penitenciário do Estado. E disse que

o objetivo é buscar soluções para o problema que aflige a todos. O Conselho, afirmou, desloca-se para outros estados a fim de conhecer de perto os problemas e questões pertinentes ao sistema penitenciário de cada unidade federativa. E o principal sentido da realização da audiência pública é ouvir e recolher dados para que se possa tirar conclusões a serem encaminhados às autoridades competentes. Disse que em Brasília está à disposição na busca de respostas para os desafios do sistema penitenciário. Passando a palavra ao Dr. Sócrates de Souza, Procurador do Ministério Público do Estado, este disse que o Conselho Penitenciário do Estado é ineficiente e não tem sequer Comissão Técnica de Classificação. O Conselho de Comunidade, de igual forma, não existe por falta de interesse dos empresários de participarem do apoio ao egresso. Fala-se muito do alto custo do Estado para a manutenção dos presos e que esses estão em permanente ociosidade. Falou da Colônia Penal Agrícola que está abandonada por falta de uma administração eficiente e da péssima qualidade dos agentes penitenciários que tomam conta dos internos, assim como da guarda externa formada por policias militares. Acentuou ser inadmissível que mães, filhos e mulheres de interno ingressem nas unidades com qualquer objeto ilegal. Disse que, ao sentir do Ministério Público Estadual, é preciso proceder-se a uma reformulação desta estrutura deficiente e inoperante. Com a palavra, Isabel Aparecida Borges da Silva, da Pastoral Carcerária - Conselho Estadual de Direitos Humanos do Estado, disse que tudo que foi falado pelo Dr. Sócrates reproduz seu pensamento. Fez ver que o número de presos do Estado é muito pequeno e não sabe por que a situação é tão problemática. Falou dos recursos destinados ao sistema penitenciário e do estigma carregado pelos presos. Aduziu que não adianta construir presídios e que precisamos investir na educação e no trabalho para os jovens. E que confia no novo Secretário de Justiça, Dr. Ângelo Roncalli. O Presidente agradeceu as manifestações e informou que os Conselheiros designados para realizarem a visita de inspeção elaboraram um relatório que será examinado amanhã em reunião do Conselho e que serão extraídas sugestões e conclusões deste relatório. Com a palavra, Lourival Lima do Nascimento, Promotor da Vara de Execução Penal do Estado, informou que a superlotação não se deve apenas ao número de pessoas que cometem delitos, porquanto não existe um controle de nada; o preso entra e não tem condições de saber quando vai sair, sem direito ao indulto, à comutação, entre outros benefícios. O Presidente passou a palavra ao Conselheiro Luis Guilherme Vieira para expor o relatório da visita. Com a palavra o Conselheiro Luis Guilherme que, por designação, junto com o Conselheiro Edison José Biondi, realizou a visita de inspeção nas unidades prisionais do Estado, tendo feito reuniões como o poder público e toda a sociedade civil antes da visita de inspeção. Foi solicitado às autoridades que participaram desta primeira reunião que encaminhasse um relatório pormenorizado da situação. Agradeceu, ainda, a acolhida e a recepção das autoridades que lhes prestaram apoio. Com a palavra o agente penitenciário Luis Carlos Bispo, que trabalha no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico do Estado disse que vê a questão da superlotação numa perspectiva de falta de projeto político, de gerenciamento, pois o que existe hoje é a convivência do Ministério Público, da Assembléia Legislativa e do Governo. Disse que não queremos novos presídios, o que queremos é planejamento estratégico para desenvolver um trabalho digno. Com a palavra, o Presidente da Federação Brasileira de Servidores Penitenciários, Paulo Ferreira, falou dos agentes penitenciários, assinalando que falta uma política séria de ressocialização, além da abertura de um concurso público para que a função deixe de ser cabide de emprego. É preciso haver valorização da classe com melhores salários. Falou da superlotação nos presídios e na escassa aplicação das penas alternativas. Falou, também, da importância do Conselho da Comunidade. Por fim, solicitou que o Presidente do Conselho pense na possibilidade de ter um representante dos agentes

penitenciários no Conselho. Disse, ainda, que este pleito é antigo. Em seguida, o Sr. Luiz Antônio Fonseca, Vice-Presidente da Federação Brasileira de Agentes Penitenciários, solicitou uma audiência com o Conselho Nacional para tratar de assuntos referentes ao sistema prisional, porquanto acredita que poderá, pela particularidade de suas funções, ajudar na política criminal e penitenciária do país. O Presidente solicitou que todos fossem para a sala do Pleno para que, assim, os agentes penitenciários e os familiares dos presos pudessem participar da audiência. E que, em breve, serão convidados os representantes dos agentes penitenciários para participarem de uma reunião em Brasília, solicitando que fossem encaminhados por escrito seus pleitos. O Presidente cedeu a palavra aos familiares de presos. Dona Raimunda, mãe de um preso que foi morto, disse que ele tinha 18 anos e que tem outro filho preso, o qual está agora na casa de passagem e que os policiais militares e civis estão envolvidos na morte de seu filho. Falou da comida dos presídios, maus tratos praticados pelos policiais e várias doenças como tuberculose. Disse, ainda, que os familiares são humilhados pelos policiais. Com a palavra, Maura Inocência Alves Cordeiro falou do sistema prisional como uma calamidade. Disse que a Casa de Custódia de Viana é um lixo. Os homens que saíram de lá, se conseguirem sair, saíram animais. Falou da questão de presos provisórios junto com os presos condenados, bem como das aplicações dos recursos. Falou sobre doenças contagiosas como a tuberculose, dos maus tratos que os familiares sofrem quanto da visita, das revistas aos familiares. Por fim, passou às mãos do Presidente do CNPCP um documento para apreciação. Eliete Ramos, irmã de um apenado, falou sobre a violência praticada contra ex-presidiários, afirmando que já encaminhou denúncia ao Conselho Nacional de Justiça. Falou da impunidade no Estado. Por sua vez, a Deputada Estadual Brice Bragato mencionou a falta de concurso público para os agentes. Disse que há tortura dentro dos presídios, a assistência judiciária é precária, a rotina de visita traduz uma falta de política, uma verdadeira humilhação. Falou da superlotação e da terceirização das unidades prisionais e, ainda, que o orçamento destinado ao sistema penitenciário é muito baixo. Com a palavra, o Padre Xavier da Pastoral Carcerária disse que esteve neste domingo na Casa de Passagem Ilha Bela e viu uma fila de mulheres e crianças pequenas debaixo do sol e as crianças sendo constrangidas na hora da revista. Falou da questão do autoritarismo do Estado, visto que o governo não recebe a Pastoral. Falou do Juiz da Vara de Execuções que apóia seu trabalho; acentuou, porém, que é preciso que se sentem para trabalharem juntos. Falou do descaso do Ministério Público em só encarar a prisão como solução do problema. A seguir, a Dra. Maria Zulmira Teixeira Bowen, Promotora de Justiça da Comarca de Viana e responsável pela questão estrutural e física do sistema prisional e do adolescente infrator de Viana, parabenizou o trabalho do Padre Xavier, afirmando que, com relação à crítica ao Ministério Público, ficou muito preocupada. Disse, ainda, que não existe uma política de segurança. E o Ministério Público vem sendo cobrado, mas ele vem trabalhando e aplicando as medidas ajuizadas pelo Ministério Público. Quanto à questão estrutural dos presídios, também existe uma omissão por parte do governo. Com a palavra o Dr. Paulo Roberto Rodrigues Amorim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese de Vitória da Comissão de Justiça e Paz e da Comissão de Direitos Humanos da OAB. Indagou da falta de política de segurança pública para os presídios, da inclusão do homem no convívio social. Disse que foi feito um requerimento com denúncias ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humanos em Brasília e que até o momento não teve resposta. Disse que, na semana passada, o Secretário de Direitos Humanos também esteve aqui e afirmou que viria e até o momento não teve resposta. E, por fim, disse que não acredita no governo do Estado e que está encaminhando sugestões no sentido de constituir uma comissão composta por várias

autoridades. Em matéria de postulações a serem feitas, referiu as seguintes sugestões: criação de uma Comissão de gestão dos presídios no Estado do Espírito Santo constituída por representantes do Conselho Nacional de Política Penitenciária, representantes de conselhos no estado do Espírito Santo, OAB/ES, Comissão Justiça e Paz, representante do Ministério Público, Juizes da Vara de execuções penais, representantes do poder legislativo e do Governo do Estado, cujo objetivo é propor políticas de execução imediata conforme descritas a seguir: realização imediata de concurso público em caráter emergencial para contratação de agentes penitenciários e equipe técnica com competência para atuar nos presídios; realização imediata de concurso público para defensores públicos com designação para advogar nos presídios; realização imediata de concurso público para contratação de profissionais na área da saúde (médicos, psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais etc.); criação de uma política de cargos e salários dos servidores vinculados ao sistema prisional no Estado do Espírito Santo; realização de auditoria externa nos contratos de construção, reforma e manutenção dos presídios e, por último, construção de novos presídios como forma de amenizar o grave problema de superlotação. Por fim, disse que, confiantes de que a inspeção realizada pelos membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária em muito contribuirá para a melhoria da crise instalada nos presídios capixabas, colocou-se à disposição para todo e qualquer esclarecimento que se fizer necessário. Com a palavra, a Senhora Martha, Missionária da 1ª Igreja Presbiteriana de Vitória, disse que lamentava a realização da audiência pública sem a presença do Governador. Falou de pessoas contratadas sem condições de trabalhar dentro do sistema, agentes despreparados, policias desviados das funções e falta de investimentos. O Sr. Valdeli Nascimento, dirigente do Sindicato dos Agentes Prisionais, disse que o Conselho aprovou uma Resolução em que aconselha a não terceirização e o Conselho deve exigir. Disse que é preciso apenas cumprir a lei. Denunciou ao Secretário Ângelo Roncalli as condições das marmitas enviadas aos presos. Por fim, falou da entrevista do Secretário sobre dois presos que estavam desaparecidos e que abriria uma sindicância para saber se os agentes penitenciários estavam envolvidos. Lembrou que não existem cargos de agentes penitenciários e sim cabides de empregos, dados aos terceirizados, que, depois de seis meses, são demitidos, sendo preteridos os agentes concursados. O Presidente disse que, concordando ou não com a fala, isso já justificaria seu ingresso no Conselho. Com a palavra, o Dr. Ângelo Roncalli congratulou-se com o CNPCP pela iniciativa da realização desta audiência pública. E que é importante ouvir. Disse que algumas medidas estão em curso como a construção de um espaço nos presídios para que os familiares possam ficar em melhores condições na hora das visitas. Falou que o grupo de engenharia do Ministério da Justiça não apresentou projeto que dê condições aos familiares como, p. ex., local apropriado e banheiros. Falou que está dando continuidade ao que o ex-Secretário tinha iniciado que é a elaboração de uma cartilha para os familiares de presos. Quanto à questão da alimentação dos presos, está construindo presídios com cozinha com a possibilidade de alguns presos ali trabalharem, após curso no Senac e Sebrae. Falou da Casa de Viana sem condições, dos policias militares desviado das funções, do atendimento à saúde e da reforma nos estabelecimentos que não têm como retirar os presos. E que deve ser feito um trabalho para que o preso não destrua os presídios. E acrescentou que no Estado não será permitida violência nos presídios. E por fim, ressaltou a importância das Varas de Execução Penal, dos Conselhos da Comunidade e da política penitenciária. A seguir, o Dr. Carlos Eduardo Lemos, Juiz da Vara de Execuções, lamentou que o Secretário de Justiça não tenha podido ficar para escutar sua fala. Disse que essa é uma especial oportunidade de ouvir reclamações e sugestões para melhoria do sistema, o que é feito em todos os relatórios encaminhados

às autoridades do Estado. Disse que o Conselho tem uma reunião agendada com o Governador logo mais e solicitou que levem ao Governador as questões aqui apresentadas. E, como representante da sociedade no Poder Judiciário, solicita essas mudanças. E informou que o Secretário de Justiça não conhece sequer a penitenciária. E que o Governador, através da Secretária de Justiça, entrou com pedido de liminar cassando a interdição de um pavilhão da Casa de Custódia de Viana e que a opção de política deste Governo é deixar que os presos continuem com baratas, vermes e lama. Agregou que o Secretário de Justiça disse que na quinta-feira seria discutido um plano de ocupação dos pavilhões reformados, mas, na ação que foi impetrada no Tribunal de Justiça, consta que já havia um plano de ação. Foi informando que o pavilhão seria inaugurado ontem e até hoje nada se fez. E a impressão que se tem é de que o Governador não sabe o que está acontecendo, não sabe qual a alimentação dos presos paga pelo Governo. Quanto ao presídio terceirizado em Colatina não foi apresentado aos Juízes e nos primeiros meses de funcionamento teve 40 presos; ali se pagava pelo contrato cheio. E o Secretário de Justiça fala em retirada dos policiais militares; isso não vai acontecer. Cobrou a participação da OAB para constituir o Conselho da Comunidade, solicitando que o CNPCP interceda nisto. E solicitou um plano de programa com vistas a sanar os problemas políticos. Por fim, disse que o único desejo é de melhorar o sistema penitenciário capixaba. Um estado rico, que recuperou suas contas por mérito do Governador, deve dar ênfase à dignidade ao preso. Com a palavra o Presidente, Dr. Antonio Cláudio Mariz de Oliveira, agradeceu o Dr. Carlos Eduardo pela organização do evento e pela recepção proporcionada. Registrou o lado do magistrado mais humano, com visão ampla e social da aplicação da lei. Fez ver que gostaria que outros magistrados tivessem essa sua formação. Parabenizou a todos pelo trabalho desenvolvido. O Conselheiro Luis Guilherme Vieira solicitou ao Juiz Carlos Eduardo cópia da medida de intervenção. Com a palavra, o Sr. André Luiz Moreira, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, informou que todas as informações apresentadas são verdadeiras e que o Estado é rico, mas não se preocupa com as questões sociais. Falou dos policiais e do sistema penitenciário, este todo militarizado. Parabenizou o encontro realizado. Por fim, solicitou fosse feita uma gestão junto à OAB para denunciar os advogados que estão extorquindo os familiares e os presos pobres. Com a palavra, a Deputada Iriny Lopes disse ser muito importante a reunião no Estado do Espírito Santo. E, na condição de membro da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, fez ver que participou de um grupo de trabalho para verificação *in loco* da situação penitenciária. Disse que o relatório apresentou o problema de saúde, falta de água e humilhação dos familiares. E que o descaso por que passa o Estado neste momento. Sugeriu que o Conselho trabalhe em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal no sentido de ter proposições mais completas. Disse que achou muito importante a fala do Presidente do CNPCP pela manhã referindo a responsabilidade de mídia e da sociedade. Enfatizou a importância da presença do CDDPH no Espírito Santo, no Fórum realizado, ante o esforço conjunto de combater o crime organizado. E que a visibilidade e a publicidade da confirmação do relatório de Visita de Inspeção são muito importantes, devendo ser encaminhado às autoridades do Estado. O Presidente agradeceu e garantiu que o relatório de visita de inspeção será divulgado assim que for aprovado, mas convidou a todos para assistirem à reunião onde será debatido o relatório. O Presidente passou a palavra à Dra. Dora Ribeiro Grijó, Defensora Pública, a única encarregada de atender a todo o sistema penitenciário do Estado. Disse que o sistema penitenciário capixaba é carente de tudo. E que vai encaminhar ao Presidente as sugestões por escrito. Com a palavra, a Dra. Luciana Andrade, Promotora de Justiça, falou do trabalho desenvolvido no Ministério Público e afirmou que recebe familiares de presos e advogados para requerer as

prerrogativas solicitadas. Disse que está reorganizando a casa e recebendo muitas críticas, sendo seu propósito tentar melhorar essa situação. O Presidente agradeceu a presença de todos e proclamou a que todos se juntassem para resolverem tantos problemas. Em seguida, encerrou a audiência pública. À noite, o Conselho se dirigiu ao Palácio do Governo onde teve audiência com o Governador do Estado, Dr. Paulo Hartung. O Governador disse ser um prazer receber o Conselho no Estado. O Presidente informou da audiência pública realizada para tratar das questões relacionadas ao sistema penitenciário e que foram relatadas várias dificuldades por que vem passando o Estado e que não é só um problema do Espírito Santo, mas de todo o país. Colocou o Conselho à disposição. No dia seguinte, o Presidente deu início à Reunião Ordinária com a presença dos conselheiros e das seguintes autoridades: Dr. Luis Carlos Valois Coelho, Juiz da Vara de Execuções Penais do Estado do Amazonas; Tiago Cunha Follorin, Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça; Dr. Grecio Nogueira Gregio, Juiz da Vara de Execuções Penais de Vitória/ES, Dr. Carlos Eduardo Ribeiro Lemos, Juiz da Vara de Execuções Penais de Vitória/ES; Dr. Edmilson Souza Santos, Juiz da Vara de Execuções Penais da Cachoeiro e Dr. Ângelo Roncalli, Secretário de Justiça do Estado. Agradeceu ao povo do Espírito Santo, aos magistrados que organizaram a histórica audiência pública e a todas as autoridades que nos receberam e nos deram apoio, lamentando estar no último dia da estada. Disse que o Conselho se empenhará na medida da sua competência para que as questões cruciais que atormentam o Estado sejam resolvidas. Dando continuidade à reunião, submeteu ao crivo dos presentes a ata da 318ª Reunião Ordinária do CNPCP, aprovada com as alterações propostas pelo Conselheiro César Oliveira de Barros Leal. O Presidente inverteu a pauta para apreciação do Relatório de Visita de Inspeção no Estado do Espírito Santo, realizada pelos Conselheiros Edison Biondi e Luis Guilherme Vieira e solicitou que fosse apresentado de forma resumida, passando a palavra ao Conselheiro Luis Guilherme Vieira. Este, após cumprimentar a todos os presentes, disse que foi designado pelo Presidente para junto com o Conselheiro Edison Biondi e atendendo a um antigo pleito dos Membros do CNPCP, realizar as visitas de inspeção junto com o pessoal técnico do DEPEN. Isso foi possível com a participação da Ouvidora do DEPEN, Dra. Carla Polaine. Relatou inicialmente as reuniões realizadas com autoridades locais e representantes da sociedade civil antes das inspeções, ocasião em que recebeu um significativo volume de documentos que subsidiaram a elaboração do relatório. Relatou as condições de cada penitenciária visitada e informou sobre uma matéria de jornal que relata a greve de policias civis que levaram presos num ônibus para protestar na frente do Palácio do Governo. Também informou que participou de uma reunião na Arquidiocese onde esteve presente o Secretário Especial de Direitos Humanos, Ministro Paulo de Tarso Vannuchi, que, nesta data, estava em Vitória e tomou conhecimento deste fato relatado. Relatou ainda, que recebeu informações que não raro são encontrados presos menores nas unidades prisionais, o que foi constatado, tendo sido tomadas as providencias necessárias no sentido de solicitar sua imediata transferência. Relatou o estado deplorável dos estabelecimentos encontrados sem condições de habitabilidade. Relatou também a visita ao presídio feminino no qual também foi encontrada uma grande carência. Disse que, no final, foi realizada uma reunião com todas as autoridades que participaram e acompanharam a visita de inspeção. Por fim, diante de todo o exposto, disse ser da opinião de que a situação do Estado do Espírito Santo é grave. Portanto, medidas não de ser implementadas com urgência, pois a situação constatada está assim a exigir. Crê que tais medidas estão a merecer a conjugação de esforços (união de esforços, objetivamente falando) do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo estadual e, quiçá, do federal também; da Defensoria Pública [a qual, por sinal, há de

merecer especial atenção do Estado, já que, na Vara da Execução Penal (5ª Vara Criminal de Vitória), somente há uma defensora para realizar todos os trabalhos que lhe são cometidos por força de lei]; do Ministério Público, do Ministério da Justiça, da Ordem dos Advogados do Brasil e das demais entidades da sociedade civil organizada ligadas, direta ou indiretamente, à questão penitenciária. Isto porque, só assim, irmanados, a situação capixaba poderá encontrar, ao menos em médio prazo, um bom termo. Tal sugestão se faz necessária antes que o pior venha a acontecer. Por derradeiro, devido a tudo o que foi visto, são da opinião de que, no prazo máximo de 1 (um) ano, novas inspeções sejam levadas a efeito pelo CNPCP, sem prejuízo das rotineiras inspeções do DEPEN, para que se tenha condição de averiguar todas as providências que urgem ser levadas a efeito naquele ente federado. Recomendou que as visitas de cunho técnico realizado por técnicos do DEPEN relatem apenas a questão técnica. O Presidente parabenizou o trabalho realizado pelos Conselheiros e registrou os agradecimentos a todas as entidades que participaram desta Visita de Inspeção, a saber: os representantes do poder executivo, do poder judiciário, do poder legislativo e de entidades civis. Colocou o relatório em discussão. Com a palavra, o Conselheiro Mauricio Kuehne deixou claro que a presença dos técnicos do DEPEN é essencial. De igual moldo se posicionou o Conselheiro César Oliveira de Barros Leal. O Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia dissera que só existe um defensor público para o sistema carcerário, mas foi informado que existem outros defensores no Estado, sugerindo que fossem convocados todos para um trabalho conjunto, de modo a amenizar a situação carcerária. Com a palavra o Conselheiro Carlos Weis disse que a audiência pública de ontem foi histórica com a presença de representantes de todos os poderes e da sociedade civil. E acrescentou, na linha da sugestão do Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia, que fosse encaminhado ao Governador uma mensagem, sugerindo uma força tarefa com a participação dos defensores do Estado. Com a palavra o Conselheiro Carlos Lelio Lauria Ferreira registrou a presença do Juiz da Vara de Execuções Penais de Amazonas, Dr. Luis Carlos Valois Coelho, e assinalou o trabalho desenvolvido no Estado. Relatou a visita de Inspeção realizada junto com o Conselheiro Cassio Castellarin no sistema prisional da Bahia, em que foi feito um termo de ajustamento de conduta entre a Secretária de Justiça, o Ministério Público e outras entidades. O Presidente parabenizou o trabalho dos Conselheiros. O Conselheiro Edison Biondi relatou as condições de saúde no Sistema Penitenciário do Estado do Espírito Santo e informou que as prisões são insalubres e a proliferação de doenças contagiosas é muito grande. Lamentou o grande número de presas provisórias no presídio feminino, reforçando a importância de um mutirão a ser realizado continuamente. O Conselheiro Cassio Castellarin sugeriu que fosse oficiado ao Conselho Regional de Medicina e ao Sindicato do Médico para informar as condições de funcionamento do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico do Estado, já que não houve condição de efetuar a visita de inspeção. O Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia questionou por que só agora se solicitou a intervenção da Casa de Custódia de Viana. O Presidente disse que, no dia anterior, tomou conhecimento de que o Juiz da Vara de Execuções, Dr. Carlos Eduardo Lemos, pediu a interdição de um pavilhão do presídio e que anteriormente já havia solicitado providências urgentes. Esse sugeriu que o Conselho se manifestasse, solicitando a intervenção ou falasse com o Secretário de Justiça acerca de qual seria o prazo para remoção dos presos do estabelecimento. E ainda sugeriu que fosse encaminhado um ofício à Defensoria Pública a fim de disponibilizar um número maior de Defensores Públicos para atender aos detentos do sistema penitenciário do Estado, assim como um ofício à OAB requerendo a realização de um Mutirão da Execução Penal, juntamente com os Juízes e Defensores Públicos, e outro ao Ministério Público do Estado para levantar a atual situação judicial dos



apenados do sistema carcerário do Estado. Aprovada à unanimidade. Com a palavra o Dr. Carlos Eduardo Lemos, Juiz da Vara de Execuções, disse que o Governador se negou a assinar o termo de ajustamento com o Ministério Público. E, no que diz respeito à solicitação de interdição, informou que foi encaminhado há dois anos atrás, ao então Secretário de Justiça, que ficou de fazer uma reforma em dois pavilhões; só que até o momento não foi realizada a obra. E, por esse motivo, encaminhou o pedido de intervenção. Dando continuidade à discussão, o Conselheiro Carlos Lelio Lauria Ferreira sugeriu que o Conselho participasse da formulação de um termo de ajustamento de conduta no prazo de trinta dias. O Presidente indagou se o Conselho tem legitimidade para isso. A Conselheira Eleonora de Souza Luna fez ver que é necessária a participação do Procurador Geral do Estado e que o ideal é que o termo de ajustamento de conduta tenha a participação do Procurador Geral e do Governador. O Ministério Público pode entrar com um agravo regimental. E o Conselho pode oficiar ao Procurador Geral. O Presidente indicou os Conselheiros Eleonora Luna e Geder Luiz Gomes Rocha para minutar um ofício ao Procurador. Após várias manifestações, foram aprovadas as propostas. Dando continuidade à reunião com a presença do Secretário de Justiça, Dr. Ângelo Roncalli o Presidente explicou o que ficou acertado após a leitura das conclusões do relatório e que o Conselho não pode sair do Espírito Santo sem uma resposta quanto à transferência dos presos do pavilhão da Casa de Viana. E solicitou uma posição do Secretário de Justiça. Com a palavra, o Dr. Ângelo Roncalli esclareceu informando sobre a reforma e a falta de pessoal, afirmando que entrou com o pedido de liminar pois precisa de um plano de ocupação e que marcou uma reunião com autoridades para que possa tratar deste plano. O Conselheiro César Oliveira de Barros Leal manifestou-se assinalando que um plano de ocupação deve ser efetivamente realizado com cuidado, sem precipitações, uma experiência que colheu quando foi Subsecretário de Justiça no Ceará. O Presidente falou que a questão é muito séria e o presídio não é limpo, tem vermes e insetos e os presos estão doentes. O Secretário informou que foram retirados cinco caminhões de lixo na semana passada, mas que pretende fazer a transferência gradativamente. O Juiz da Vara de Execuções disse que a Secretaria de Justiça falou que o Juiz não tem que interferir na questão da locação dos presos e agora disse que é preciso conversar. Após varias manifestações ficou definido que o Conselheiro Luis Guilherme Viera participará da reunião com autoridades locais para elaboração do termo de ajustamento de conduta e da análise do plano de ocupação. Por fim, disse que o Conselho vai estudar a possibilidade de que o DEPEN possa encaminhar recursos ao Estado até que seja definida essa questão. O Conselheiro Luiz Gomes Rocha disse que a Conselheira Eleonora já iniciou o contato com o Ministério Publico e já tomou conhecimento de que existe um procedimento administrativo e que falará com a promotora responsável por este procedimento para que ela possa participar da reunião e entrar com o inquérito civil público. Dando continuidade à reunião e passando à fase das **proposições**, o Conselheiro Mauricio Kuehne fez chegar às mãos dos Conselheiros duas minutas de resoluções a serem debatidas para consolidar diretrizes para o investimento dos recursos federais. Propôs a designação de um Conselheiro. O Presidente indicou o Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia como relator. Com a palavra o Conselheiro Mario Julio Pereira da Silva disse que tempos atrás o Conselho aprovou normas para acordos internacionais de transferência de presos. E que os acordos internacionais estão se verificando. Entende que cabe ao CNPCP uma participação nesse processo e sugeriu, que, na mesa de elaboração destes acordos, estivessem presentes representantes do CNPCP e do DEPEN, sugerindo encaminhamento de memorando ao Secretário Executivo nesse sentido. Aprovado, à unanimidade. Com a palavra, o Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia disse que chegou às suas mãos o anteprojeto originado no

Ministério da Justiça que dá nova redação ao artigo 2º da Lei dos Crimes Hediondos. E que o Conselho não foi ouvido sobre a matéria. O Presidente disse que, com relação a essa manifestação justa do Conselheiro Guariglia, se o Conselho estiver de acordo, vai enviar um ofício ao Ministro Márcio Thomaz Bastos, lamentando que o Conselho não foi ouvido neste assunto. O Conselheiro Carlos Weis disse que o Conselho fez um trabalho extenso sobre os crimes hediondos e que o Ministério pagou ao ILANUD para produzir um parecer um pouco semelhante e lamentavelmente o Ministério tornou público apenas o parecer do ILANUD e não fez referência ao trabalho do Conselho. Após várias manifestações foi aprovada a remessa de documento ao Ministro da Justiça. Com a palavra o Conselheiro Geder Luis Rocha Gomes referiu a indagação informal do Presidente sobre a possibilidade de realizar reunião do Conselho em Salvador. Acrescentou que já contatou com a chefia do Ministério Público. Também fez chegar às mãos dos Conselheiros o Relatório da Central de Penas e Medidas Alternativas da Capital de Salvador. Com a palavra, o Conselheiro César de Barros Leal que disse que foi feita recentemente no México uma alteração significativa do Artigo 18 da Constituição mexicana. E que recebeu um convite para participar nos dias 26 e 27 de abril de Congresso Internacional de Menores, na cidade de Guadalajara, e que na oportunidade falará sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a idade limite da responsabilidade penal. A seguir, o Conselheiro Carlos Antico informou que esteve na Cadeia Pública de Cruzeiro São Paulo e que os problemas continuam os mesmos (superlotação). E que fez um encaminhamento ao Secretário de Administração Penitenciária de São Paulo, tendo o Conselheiro Clayton Nunes atendido à solicitação de transferir os presos. Disse que novamente foi abordado pelo Delegado de Cruzeiro acerca das atuais condições e tomou liberdade de encaminhar documento ao Secretário de Administração, em nome do CNPCP, informando as condições e solicitando novamente a transferência. O Conselheiro Luis Guilherme Vieira trouxe à reflexão a primeira visita de inspeção acompanhada por representantes do DEPEN, afirmando que nas próximas visitas fosse encaminhado um técnico sem necessidade de apresentar necessariamente o relatório ao DEPEN, pois a Ouvidora justificou que também tinha que fazer este relatório, pois acompanha a questão de tortura dentro dos presídios e precisa fazer uma avaliação mais aprofundada e por esse motivo não pôde acompanhar toda a visita do CNPCP. Após varias manifestações ficou acertado que a participação na visita de inspeção seria por um técnico do DEPEN ou pela Ouvidora, conforme a especificidade da visita. Com a palavra o Conselheiro Luis Guilherme comunicou que representou o Conselho, por designação de seu Presidente, na reunião sobre o Voto do preso provisório no último dia 21 de fevereiro e que esteve presente também o Conselheiro Carlos Lelio Lauria Ferreira, relator do parecer e que falou com o Ministro Caputo Bastos, solicitando informações sobre o andamento da questão relativa à nova regulamentação sobre o voto do preso provisório. Comunicou ainda que esteve com o Desembargador Rubens Oliveira do Tribunal de Justiça de Mato Grosso que demonstrou interesse de realizar no Estado reunião Ordinária do CNPCP e o Circuito Universitário, colocando-se à disposição no que for necessário. Registrou, ainda, que, por razões éticas e de foro íntimo, deixou, em razão de ser empossado como Conselheiro do CNPCP, pela incompatibilidade, as funções de Coordenador-Geral do Movimento Antiterror e de Conselheiro da Associação pela Reforma Prisional. Com a palavra, o Conselheiro Carlos Weis disse que recebeu um telefonema do Ouvidor da Secretária Especial de Direitos Humanos da Presidência da Republica informando que foi concluído o projeto de enfrentamento da tortura no Brasil e tem muito prazer de contar com o Conselho, solicitando a possibilidade de ser apresentado no Conselho este trabalho. O Presidente agradeceu a comunicação e disse que já está acertado para a próxima pauta de reunião. Dando continuidade, foi sugerida análise da proposta

do Secretário de Administração Penitenciária de São Paulo de “Administracionalizar os benefícios da Execução Penal”, salientando-se, porém, que o Conselheiro Clayton Nunes também encaminhou proposta e, como ele não está presente, recomendou-se que o tema fosse discutido na próxima reunião. O Conselheiro Carlos Weis disse que teve bastante trabalho na elaboração deste documento e que esteve na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e que o Conselho participou da organização da reunião em que estiveram presentes numerosas entidades, tendo sido muito produtiva. O Conselheiro Carlos Lelio Lauria disse que essa questão nasceu no Conselho de Secretários de Justiça e Administração Penitenciária e que votou contra a proposta, ficando de encaminhar por escrito algumas considerações referente ao assunto. Dando continuidade à reunião, passou-se à apreciação dos processos distribuídos preliminarmente: **01)** Processo MJ/GM n.º 08001.000618/2006-75. Assunto: PL 6325, Deputado CARLOS NANDIM. Dispõe sobre a obrigatoriedade de todos os veículos de comunicação de massa em todo o território nacional, tais como: jornais, revistas, rádio, televisão e outros, só poderão divulgar casos de seqüestro quando autorizado pela família da vítima. Parecer do Conselheiro Carlos Martins Antico: pela rejeição do PL, com pedido de vistas do Conselheiro Luis Guilherme. Acatado. **02)** Processo MJ/GM nº 08001.008013/2005-41. Assunto: PLS 371/2005, Senador NEY SUASSUNA. Altera o Decreto-Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941, para incluir entre as contravenções penais o uso, a produção, o fornecimento ou a venda de materiais e artefatos cortantes, inclusive cerol, a serem utilizados em papagaios de papel e em artefatos semelhantes. Parecer do Conselheiro Carlos Martins Antico: pela aprovação do PL, com pedido de vistas do Conselheiro Luis Guilherme. Acatado. **03)** Processo MJ/DEPEN n.º 08016.000399/2006-65. Assunto: Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados – FBAC. Construção de Centro de Estudos do Método APAC. Parecer do Conselheiro César Oliveira de Barros Leal: pela conversão em diligência para que seja possível emitir um parecer conclusivo após manifestação da Assessoria Jurídica do MJ. Aprovado, à unanimidade. **04)** MJ/CNPCP n.º 08037.000025/2006-00. Assunto: Ofício 113, de 07/02/2006 encaminha sugestão de elaboração de texto normativo para tornar obrigatório ter concluído nível universitário de qualquer seguimento para ocupar o cargo de Conselheira Tutelar. Parecer do Conselheiro César Oliveira de Barros Leal: pela remessa dos autos ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, após oficial o interessado. Aprovado, à unanimidade. **05)** Processo MJ/CNPCP n.º 08037.000044/2005-47. Assunto: Ofício n.º 1997/2005. Encaminha cópia dos autos de procedimento judicial de n.º 73638/2004, referente ao preso Manoel Rodrigues Tavares, para providências necessárias. Parecer do Conselheiro César Oliveira de Barros Leal: pelo arquivamento dos autos, após oficial aos interessados. Aprovado, à unanimidade. **06)** Processo MJ/CNPCP nº 08037.000064/2005-18. Assunto: Ofício n.º 1720, de 17/10/2005, ofícios de reparação de danos. Parecer do Conselheiro Geder Luiz Rocha Gomes: pelo envio das informações disponibilizadas pelo DEPEN/MJ, para os interessados. Aprovado, à unanimidade. **07)** Processo MJ/CNPCP n.º 08037.000059/2005-13. Assunto: Solicitação de desenvolvimento de software, pelo DEPEN, para fazer cálculos de pena e disponibilização do programa para todos os tribunais. Parecer do Conselheiro Geder Luiz Rocha Gomes: pelo envio de ofício ao DEPEN/MJ e cientificar ao interessado sobre os procedimentos adotados. Aprovado, à unanimidade. **08)** Processo CNPCP/MJ nº 08037.000028/2002-10. Assunto: Relatório de Atividades do Conselho Penitenciário do Estado do Rio Grande do Norte, referente o exercício de 2001. Parecer do Conselheiro Edison José Biondi: pelo arquivamento dos autos, após oficial ao interessado sobre a aprovação do relatório. Aprovado, à unanimidade. **09)** Processo SAL/MJ n.º 08027.000505/00-70. Assunto: PL n.º 90/1999, Senador LUCIO ALCANTARA. Dispõe sobre a Reprodução Assistida. Parecer do

Conselheiro Edison José Biondi: pelo arquivamento do PL, por perda do objeto. Aprovado, à unanimidade. **10)** Processo GM/ASP n.º 08001.008508/2003-17. Assunto: Dispõe sobre assistência a saúde das presidiárias acrescentando parágrafo ao artigo 43 da Lei nº 7.210/84. Parecer do Conselheiro Edison José Biondi: pela aprovação do PL. Aprovado, à unanimidade. O Presidente Antonio Cláudio Mariz de Oliveira agradeceu o trabalho dos Conselheiros, a presença de todos e o apoio dado para que pudessemos realizar a presente reunião, solidarizando-se com os amigos e familiares em relação à perda do Juiz Alexandre Martins. Em seguida, encerrou os trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata, que assino a seguir. Luciane Espíndola de Amorim Souza.

**ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA**  
Presidente

**Publicada no DOU nº 90, de 12 de maio de 2006 – p. 45.**